

Relatório de Gestão
Superintendência da Polícia Federal na Paraíba

SUMÁRIO

1. Identificação	6
2. Responsabilidades institucionais.....	7
2.1. PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	7
3. Estratégia de atuação	16
4. Desempenho operacional.....	23
Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	42
Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	43
Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007).....	44
Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007).....	53

1. Identificação

A Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado da Paraíba (SR/DPF/PB) é unidade de representação regional e de descentralização político-administrativa diretamente vinculada ao Departamento de Polícia Federal, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, e tem circunscrição em todo o território do Estado da Paraíba.

A tabela a seguir apresenta os dados de identificação da SR/DPF/PB:

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal na Paraíba	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	<p>Criação: A SR/DPF/PB é organizada consoante o disposto nos arts. 3º e 4º, do Anexo da Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, do Ministro de Estado da Justiça.</p> <p>Atribuições e competências: art. 144 da Constituição Federal; Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU nº 198, de 16/10/2006;</p> <p>Estrutura: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007.</p>	
CNPJ	00.394.494/0031-51	
Nome e código no SIAFI	Superintendência Regional do DPF na Paraíba Unidade Gestora 200.088	
Código da UJ titular do relatório	Superintendência Regional do DPF na Paraíba Unidade Gestora 200.088	
Códigos das UJ abrangidas	"Não consolida outras unidades."	
Endereço completo da sede	Rua Marechal Deodoro da Fonseca, 150 – Torre – João Pessoa/PB, CEP 58.040-140	
Endereço da página institucional na internet	www.dpf.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Segurança Pública.	
Tipo de atividade	Polícia Judiciária da União	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Primária	200.088
	Tesouro	200.396
	Funapol	200.397

2. Responsabilidades institucionais

2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas

2.1.1 Normas de atuação

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal:

“§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”

Além da Constituição Federal as normas abaixo também noteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Policia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);

- Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);
- Portaria MJ nº 1.300, de 04 de setembro de 2003. (Regimento interno DPF);
- Instrução Normativa Nº 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das unidades do DPF).

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos:

1) Polícia Judiciária, que tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial, procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF).

2) Polícia Administrativa, que tanto pode agir preventivamente, como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições, cause prejuízos para a coletividade.

O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Diferenciam-se ainda ambas as polícias pelo fato de que o ato fundado na polícia administrativa exaure-se nele mesmo. Dada uma injunção, ou emanada uma autorização, encontram-se justificados os respectivos atos, não precisando ir buscar o seu fundamento em nenhum ato futuro.

A polícia judiciária busca seu assento em razões estranhas ao próprio ato que pratica. A perquirição de um dado acontecimento só se justifica pela intenção de futuramente submetê-lo ao Poder Judiciário. Desaparecida esta circunstância, esvazia-se igualmente a competência para a prática do ato.

Atribuições de polícia administrativa

Integrante do Sistema de Segurança Pública, cujo objetivo é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em razão das disposições Constitucionais e Infra-Constitucionais, elencadas mais acima, a Polícia Federal exerce outras atribuições inerentes ao Poder de Polícia da Administração Pública, que podem ser denominadas de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA** em distinção às atribuições de POLÍCIA JUDICIÁRIA.

A Polícia Administrativa tem caráter preventivo e repressivo, e objetiva, não a apuração de infrações penais, mas sim, a limitação ou regulação de direitos, interesses ou liberdades, essencialmente legítimos, mas que em decorrência do Poder Discricionário e tendo por fundamento, normas legais, a Administração Pública se vê compelida a disciplinar, regulamentar e fiscalizar.

Para fins de classificação das atribuições, identificadas com as atividades de POLÍCIA ADMINISTRATIVA, é possível discriminar as seguintes espécies:

1) Controle Migratório: Atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro.

Fundamento Legal: Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro).

2) Controle de Armas: A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros.

Fundamento Legal: Lei nº 10.826/2003 (SINARM).

3) Controle de Segurança Privada: atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros.

Fundamento Legal: Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995.

4) Controle de Precursores Químicos: Atribuição exercida pela Polícia Federal tendo por escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos.

Fundamento Legal: Lei nº 10.357/2001.

5) Controle de Dignitários: A execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP)

6) Controle de Identificação Criminal e Civil: a coordenação e a interligação, no país dos serviços de identificação datiloscópica, civil e criminal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

7) Controle do Patrimônio da União: Cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbação e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta.

Fundamento Legal: Lei nº 10.683/2003(organização da Presidência)

8) Estatística Criminal: A estatística judiciária criminal, a cargo do Instituto Nacional de Identificação tem por base os boletins individuais, que são parte integrante dos processos criminais.

Fundamento Legal: Código de Processo Penal.

9) Outros Serviços de Policiamento atribuídos à União: atribuição inerente ao Poder de Polícia da Administração Pública Federal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964, art. 1º, letra “n”.

Talvez ainda possam ser incluídas nessa relação outras três atribuições:

10) Controle de Conflitos Fundiários: acompanhar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes. (Talvez se amolde melhor à POLÍCIA JUDICIÁRIA ?).

Fundamento Legal: Decreto nº 5.834/2004 (estrutura do MJ).

11) Representação Externa: a cooperação, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional, representando o país na OIPC - INTERPOL;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

12) Apoio técnico a Estados e Distrito Federal: a prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

Atribuições de polícia judiciária

No tocante às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**, em que exerce com exclusividade as atividades de Polícia Judiciária da União, a Constituição Federal, prevê que a Polícia Federal, de acordo com o art. 144 da Constituição Federal, destina-se a:

- Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;
- Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;
- Reprimir o contrabando e o descaminho;
- Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

1 – Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas; (lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	contra o patrimônio arqueológico
2	crimes na exploração de energia nuclear
3	praticado contra o meio ambiente
4	crimes falimentares
5	de representação caluniosa por improbidade administrativa
6	de responsabilidade contra o meio circulante
7	de transito
8	praticado com abuso de autoridade
9	praticado com abuso do poder econômico
10	praticado contra a criança e adolescente
11	praticado contra a economia popular
12	praticado contra a lei de parcelamento do solo urbano
13	praticado contra a ordem econômica
14	praticado contra a ordem tributária
15	praticado contra a propriedade industrial
16	praticado contra a propriedade intelectual
17	praticado contra as normas de licitações
18	praticado contra as normas de locação
19	praticado contra as relações de consumo
20	praticado contra criança e adolescente
21	praticado contra o mercado de capitais
22	praticado contra o sigilo bancário
23	praticado contra o sistema financeiro da habitação
24	praticado contra o sistema financeiro nacional
25	praticado para lavagem de dinheiro
26	praticado por organização criminosa
27	crimes previdenciários
28	de desvio de crédito e financiamento
29	de interceptação de comunicações
30	praticado contra a administração da justiça
31	praticado contra o serviço de radiodifusão
32	praticado contra os serviços de telecomunicações
33	praticado contra os serviços postais
34	Relacionados à situação jurídica do estrangeiro

2 – Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social; (lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	crimes eleitorais
2	de deserção e engajamento
3	de discriminação
4	de genocidio

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
5	de responsabilidade
6	de tortura
7	de tráfico de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano
8	praticado contra a liberdade de imprensa
9	praticado contra a organização do trabalho
10	praticado contra a segurança nacional, a ordem política e social
11	praticado contra comissão parlamentar de inquérito
12	praticados contra os índios
13	relacionados com arma de fogo
14	praticado contra a reforma agrária
15	praticado contra a biosegurança
16	praticado contra os direitos humanos
17	de terrorismo

3 - Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	tráfico ilícito de drogas
2	Uso ilícito de drogas

2.1.2 Estruturação das ações

Dentro do PLANO PLURIANUAL – PPA - (*lei nº 10.933/2004 alterada pela lei nº 11.318/2006*) a Polícia Federal esta inserida no **MEGA-OBJETIVO III**, plano do atual governo, **Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.**

Atingir este objetivo pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. No caso da Polícia Federal ela contribui para a superação do desafio nº 28 do plano de governo, tendo como diretrizes de atuação para a polícia federal:

A - Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.

DIRETRIZES

1. Articulação das três esferas da Federação no desenvolvimento de ações de segurança pública, inclusive ampliando o sistema de inteligência;
2. Integração das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade e a prevenção da violência;
3. Prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao contrabando, ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas e à lavagem de dinheiro;
4. Implementação de programas de integração das polícias;
5. Adoção do policiamento comunitário;
6. Reestruturação dos sistemas penal e prisional, inclusive sob o ponto de vista da reinserção social do egresso;

7. Promoção da parceria com a sociedade civil na implementação e gestão das ações de segurança pública;
8. Prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas;
9. Humanização das instituições e valorização dos profissionais de segurança pública;
10. Combate à impunidade;
11. Garantia da integridade de testemunhas e seus familiares.

B. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

DIRETRIZES

1. Implementação de mecanismos de avaliação e de controle social das ações governamentais;
2. Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação;
3. Ampliação e fortalecimento da participação social na gestão pública, com ênfase no diálogo e na concertação com a sociedade;
4. Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública;
5. Aperfeiçoamento dos mecanismos de descentralização da gestão governamental, com ênfase em novas formas de articulação e na capacitação das equipes locais;
6. Garantia da qualidade dos dados e das informações, inclusive com a integração dos sistemas corporativos da União;
7. Implementação da contabilidade de custos e gerencial por programas;
8. Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental;
9. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
10. Conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública;
11. Combate à impunidade.

C. Combater a corrupção.

DIRETRIZES:

1. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
2. Ampliação dos mecanismos de combate à improbidade administrativa;
3. Integração e coordenação de ações preventivas e coercitivas, no combate e na dissuasão da corrupção.

A efetivação da execução das atividades que contribuirão para alcance dos objetivos foi promovida pela institucionalização do Programa Combate à

Criminalidade (0662), o qual abrange todas as ações consideradas necessárias ao cumprimento das atribuições do órgão, o qual conta também com outro programa de apoio: O Programa Modernização da Polícia Federal (1353) que tem a finalidade de proporcionar infra-estrutura e equipamentos de suporte a atividade-fim da instituição.

O Programa 0662 - Combate à Criminalidade, tem por objetivo intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

As principais ações destinadas a este objetivo são:

Ação nº 2680 - **Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro**, a qual tem a finalidade de combater o crime organizado em todas as suas modalidades, notadamente o tráfico ilícito de armas e de entorpecentes, o roubo de cargas e a lavagem de dinheiro, atuando de forma integrada com outros órgãos, como Forças Armadas, Receita Federal, Banco Central, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Estaduais e outros.

Ação nº 2820 - **Operações de Caráter Sigiloso**, que tem a finalidade de planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.

Ação nº 2726 - **Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União**, para o combate o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

2.1.2 Realizações e principais resultados

Realizações e principais resultados da Ação nº 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União:

Dentre as várias atividades empreendidas pela Superintendência Regional da Paraíba, nos últimos anos, destacam-se as de repressão a crimes previdenciários. Desde o ano de 2004, a Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários (DELEPREV) vem fazendo seguidas operações no âmbito da Superintendência

Regional da Paraíba. Com a evolução dos trabalhos, surgiu a necessidade de uma maior integração com o INSS (Previdência Social), haja vista o trabalho em conjunto ensejar melhores resultados. No ano de 2007, a força-tarefa previdenciária foi instalada na Paraíba, em um prédio cedido pelo INSS com participação de servidores da Polícia Federal e do Ministério da Previdência, já que não dispomos de espaço físico nas dependências da Superintendência Regional para tal mister. O desafio para o ano de 2008 é a consolidação do trabalho integrado com a Previdência Social, sendo necessário o reforço do efetivo da PF nesta atividade, bem como qualificar e especializar os servidores para a apuração das infrações cometidas em desfavor da Previdência Social, mesmo porque necessário se faz o conhecimento das rotinas de trabalho e legislação previdenciária. Ressalta-se que o indesejado funcionamento desta força-tarefa fora das instalações do DPF. A solução definitiva para o problema do espaço físico, tanto na questão previdenciária, quanto nas demais atribuições constitucionais da Polícia Federal, é a construção de uma nova sede, a ser projetada para atender a demanda do serviço, uma vez que a existente, próprio nacional, cedida pela SPU, não possibilita condições adequadas de funcionamento.

As Delegacias de Imigração, Fazendária, Defesa Institucional, Segurança Privada, Meio Ambiente, embora não tenham o mesmo trabalho de integração feito pela DELEPREV, também evidaram esforços no intuito de atingir as expectativas operacionais, tendo realizado serviços sencíveis, conforme poderá ser verificado no desempenho operacional respectivo de cada Delegacia.

No tocante ao Setor Técnico Científico, o ano de 2007 terminou com poucas pendências em laudos periciais - informação detalhada no desempenho operacional da área em tela. Alguns exames específicos, ainda não realizados no SETEC/PB, e que devem ser enviados à Brasília, demonstram a importância da implementação dos laboratórios de Química Forense, Engenharia Legal e Meio Ambiente, Contábil por meio dos Projetos de Modernização da Polícia Federal (Promotec e Pró-amazônia), além de novas lotações de profissionais. Destaca-se ainda que os há graus diferenciados na consecução das diferentes perícias, o que explica pendências mais altas em determinadas áreas.

Realizações e principais resultados Ação nº 2820 - Operações de Caráter Sigiloso:

Na atividade de Inteligência Policial, foram desenvolvidas pelo Núcleo de Inteligência Policial, em sua maioria, ações tipicamente de assessoramento, tais como a produção de conhecimentos objetivando obter a materialidade do crime e apontar sua autoria, que visavam instruir a formulação de estratégias operacionais, bem como possibilitar o apoio às atividades operacionais de investigação já em curso. Destaca-se, ainda, a atividade de controle dos gastos com VS (Verba Secreta) feita pelo NIP, sob a égide da lei. Em que pese o volume de informações produzidas pela atividade de produção de conhecimento de inteligência policial, informo a ausência de um sistema de inteligência de sinais compatível com as demandas de interceptações requeridas pelas várias Delegacias desta Superintendência.

Realizações e principais resultados Ação nº 2680 - Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro:

Apesar das carências estruturais (mormente instalações físicas inadequadas e sistema de inteligência de sinais não compatível com a demanda de interceptações) já mencionadas em parágrafos anteriores, a DELEARM apresentou boa estatística de apreensão de armas, o que colaborou de forma efetiva com o impedimento do aumento da criminalidade, em especial com o emprego de arma de fogo.

Notadamente, a Delegacia de Repressão a Entorpecentes desenvolveu ações de combate ao tráfico de drogas, priorizando a questão do “crack”, atualmente o psicotrópico mais utilizado pelos traficantes da região, de forma que essa delegacia conseguiu suplantar as expectativas estabelecidas para 2007, conforme pode-se observar na tabela de atividades/operações destacada no tópico “desempenho operacional”.

O acima exposto, também se aplica à repressão aos crimes contra o patrimônio (afeta a DELEPAT), cujo esforço operacional resultou em prisões de assaltantes de bancos e traficantes que atuavam na região; frustração de tentativa de fuga de presídio de segurança máxima, o que motivou a transferência dos detentos para presídios federais; apreensão de armas de fogo de grande poderio ofensivo e explosivos.

Por fim destaco que, em que pese as Delegacias de Combate a Crimes Financeiros - DELEFIM – não estar formalmente instituída (a DELEFAZ é a delegacia que trata da matéria) e não haver funcionários com capacitação adequada na área, foram desenvolvidas investigações sobre crime de lavagem de dinheiro que resultaram em 08 (oito) inquéritos, ainda em curso.

3. Estratégia de atuação

Metas da Unidade

Meta 1: Orientar os servidores quanto a necessidade de aceitarem os encargos de atuar em sindicâncias e comissões disciplinares.

Justificativa: dificuldades da aceitação pelos servidores dos encargos para atuar como sindicantes ou para comporem comissões disciplinares.

Ações desenvolvidas para o atingimento: participação em cursos de procedimentos disciplinares.

Resultados: apenas 06 servidores participaram de cursos na Academia Nacional de Polícia.

Meta 2: Elaborar manual simplificado de prática para condução de procedimentos disciplinares.

Justificativa: Desconhecimento dos servidores da matéria e para facilitar e difundir internamente o conhecimento de forma simples.

Ações desenvolvidas para o atingimento: não foram realizadas.

Resultados: insatisfatório.

Meta 3: Acompanhar e receber queixas ou representações sobre faltas cometidas por servidores.

Justificativa: dar o devido encaminhamento.

Ações desenvolvidas para o atingimento: instauração de procedimentos pertinentes.

Resultados: 58 % satisfatório.

Meta 4: Acompanhar e auxiliar os trabalhos das Comissões Permanentes de Disciplinas.

Justificativa: necessidade de espaço próprio e recursos logísticos.

Ações desenvolvidas para o atingimento: solicitações aos Administradores.

Resultados: insatisfatório.

Meta 5: Sugerir nomes para composição das Comissões disciplinares.

Justificativa: adequar o perfil dos servidores para a atividade disciplinar.

Ações desenvolvidas para o atingimento: conhecer os servidores e as formações acadêmicas.

Resultados: satisfatório.

Meta 6: Apurar as irregularidades ou infrações cometidas.

Justificativa: preservar o nome da Instituição DPF.

Ações desenvolvidas para o atingimento: instaurações dos procedimentos pertinentes.

Resultados: 58 % satisfatório.

Meta 7: Promover a vinda de instrutores da Academia Nacional de Polícia para ministrarem cursos sobre procedimentos disciplinares a um maior número de servidores.

Justificativa: dotar os servidores do conhecimento necessário para desempenharem bem os encargos.

Ações desenvolvidas para o atingimento: solicitações aos Administradores.

Resultados: insatisfatório.

Meta 8: Dar condições de trabalho para a atuação das Comissões Disciplinadas.

Justificativa: propiciar condições ideais de trabalho para desempenho de suas atividades com espaço adequado e recursos logísticos.

Ações desenvolvidas para o atingimento: solicitações aos Administradores.

Resultados: insatisfatório.

Meta 9: Aquisição de livros jurídicos

Justificativa: Atualizar os servidores das mudanças no ordenamento jurídico.

Ações desenvolvidas para o atingimento: solicitações aos Administradores.

Resultados: insatisfatório.

Meta 10: Elaborar e executar os planos de Correções Periódicas.

Justificativa: Ter conhecimento do andamento da atividade de Polícia Judiciária no âmbito da SR/DPF/PB.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Planejamento antecipado das correções anuais, além da realização de correção parcial quando da remessa de IPL's para a Justiça..

Resultados: O plano das correições anuais foi elaborado antecipadamente, com publicação em Aditamento Semanal e ciência às autoridades policiais no mês de agosto de 2007. Todos os IPL's foram submetidos à correição parcial, no tocante à parte formal, por ocasião da remessa para a Justiça ou para o MPF. .

Meta 11: Coletar dados estatísticos das atividades de polícia judiciária..

Justificativa: Ter conhecimento da situação dos inquéritos (IPL's instaurados, relatados e diligências desenvolvidas), sob presidência de cada autoridade policial.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Atualização dos dados no SINPRO e solicitação do Mapa Mensal de Atividades de Polícia Judiciária, contendo a relação dos IPL's instaurados e relatados, inquirições e reinquirições realizadas, indiciamentos procedidos, prisões efetuadas e demais diligências desenvolvidas..

Resultados: Foram elaborados dados estatísticos, contendo a relação de IPL's instaurados e relatados por cada autoridade policial, no decorrer dos anos de 2006 e 2007, restando os demais dados prejudicados, em virtude de nem todos os delegados terem encaminhado o mapa mensal solicitado. .

Meta 12: Proceder levantamento na grande João Pessoa (João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo), e demais municípios da circunscrição desta Delegacia, a respeito da comercialização ilegal de armas de fogo e munições.

Justificativa: Existem informações de tráfico de armas de fogo na referida área.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Obtenção de recursos humanos e materiais

Resultados: Previsão de investigação de médio prazo.

Meta 13: Realizar levantamento nos principais pontos de comercialização de armas de fogo e munições da grande João Pessoa (João Pessoa, Bayeux, Santa Rita e Cabedelo), e demais municípios da circunscrição desta Delegacia, a respeito da comercialização ilegal de armas de fogo e munições.

Justificativa: Existem informações de tráfico de armas de fogo na referida área.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Obtenção de recursos humanos e materiais

Resultados: Previsão de investigação de médio prazo.

Meta 14: Proceder levantamento da atuação dos armeiros credenciados pela DELINST/SR/DPF/PB, quanto ao possível desvio de função, mais notadamente à comercialização ilegal de armas de fogo e munições.

Justificativa: É necessário termos o controle da atuação dos armeiros credenciados pela DELINST/SR/DPF/PB.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Obtenção de recursos humanos e materiais.

Resultados: Previsão de investigação de curto prazo.

Meta 15: Colher informes para alimentar o serviço do NOIP/SR/DPF/PB envolvendo atividades de combate ao tráfico ilícito de armas de fogo e munições.

Justificativa: É necessário para as atividades do NOIP e como fonte de informações para operações de repressão ao tráfico ilícito de armas de fogo e munições.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Obtenção de recursos humanos e materiais.

Resultados: Previsão de investigação de médio prazo.

Meta 16: Priorizar as investigações relativas aos crimes contra a administração pública

Justificativa: Realização de Operações Policiais para reprimir desvio de dinheiro público

Ações desenvolvidas para o atingimento: Aproximação com a CGU e TCU

Resultados: Trabalho conjunto entre estes órgãos

Meta 17: Atingir o índice estabelecido pelo DPF para quantitativo de inquéritos a serem relatados quanto aos crimes fazendários

Justificativa: Diminuir a quantidade de inquéritos

Ações desenvolvidas para o atingimento: Oitivas e diligências policiais

Resultados: mais inquéritos relatados

Meta 18: Estreitar relações com a Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários no âmbito da Polícia Civil

Justificativa: Crimes conexos de atribuição da Polícia Federal e Polícia Civil

Ações desenvolvidas para o atingimento: Reuniões com a Polícia Civil

Resultados: Informações repassadas pela Polícia Civil de delitos de atribuição da Polícia Federal

Meta 19: Reestruturar o mobiliário das dependências da DELEFAZ.

Justificativa: Condições de trabalho precárias na DELEFAZ, principalmente na sala onde ficam os Agentes.

Ações desenvolvidas para o atingimento: solicitação de material

Resultados: Nenhum, porque não houve a disponibilidade de mobiliário.

Meta 20: Dotar a DELEFAZ com mais equipamentos: 02 computadores, 02 máquinas fotográficas digitais e 01 máquina filmadora digital, dentre outros.

Justificativa: Necessidade de equipamentos para realizar investigações com melhor qualidade.

Ações desenvolvidas para o atingimento: solicitação de equipamentos

Resultados: Nenhum, porque não houve a disponibilidade de equipamentos.

Meta 21: Capacitação dos servidores lotados na DELEFAZ, principalmente em análise documental.

Justificativa: Necessidade de capacitar os servidores para que as investigações sejam desenvolvidas com melhor qualidade..

Ações desenvolvidas para o atingimento: solicitação de cursos para os servidores da DELEFAZ.

Resultados: Nenhum, porque não houve a disponibilidade de cursos na área da DELEFAZ.

Meta 22: Igualar/superar o número de IPL's Instaurados em 2006.

Justificativa: Exercer e garantir o controle da criminalidade no Estado da Paraíba, juntamente com as demais Delegacias, cuja apuração é de atribuição da Polícia Federal.

Ações desenvolvidas para atingimento: instaurar todas as requisições ministeriais distribuídas e as notícias crimes relativas a delitos inerentes a área de atuação da DELEMIG/SR/DPF/PB.

Resultados: Apesar de estatisticamente ter diminuído o número de inquéritos instaurados, o número de inquéritos redistribuídos e o de flagrantes teve um acréscimo, ou seja, em termos de produção, pode-se afirmar que houve o atingimento da meta, em face de igualar os procedimentos policiais instaurados.

Meta 23: Igualar/superar o número de IPL's Relatados em 2006.

Justificativa: Exercer e manter o controle da criminalidade no Estado da Paraíba, cuja apuração é de atribuição da Polícia Federal.

Ações desenvolvidas para atingimento: na medida do possível, encerrou-se o máximo de procedimentos policiais.

Resultados: Houve um resultado positivo com um percentual de 35% a mais de inquéritos relatados em 2007 em relação ao ano de 2006.

Meta 24: Disponibilizar aos policiais lotados nesta Delegacia especializada cursos nas áreas de línguas estrangeiras e informática.

Justificativa: Facilitar e otimizar o atendimento ao público estrangeiro.

Ações desenvolvidas para atingimento: procurou-se verificar ações e cursos que estavam em andamento no ano de 2007 tanto no que se refere aos ministrados pela Academia Nacional de Polícia, como àqueles cursos que estavam disponíveis pelo Tele-Centro. Além disso, buscou-se verificar se havia possibilidade de convênio entre o DPF e instituições de ensino relativas a cursos de línguas estrangeiras.

Resultados: Não foi possível realizar nenhum curso de informática ou de línguas, em face de que na maioria das vezes, em relação ao curso de línguas estrangeiras, havia o custo oneroso para o DPF na contratação desses cursos, e não houve disponibilização de recursos financeiros nesse sentido. Já em relação aos de informática, não houve disponibilidade suficiente de vagas para os servidores desta Delegacia.

Meta 25: Executar treinamento específico para os policiais federais lotados nesta Delegacia Especializada referente aos novos Sistemas do SINPA e do STI.

Justificativa: Preparar o policial para as novas demandas e especificações do novo modelo de passaporte e do novo modelo de procedimento de tráfego internacional..

Ações desenvolvidas para atingimento: definiu-se a data e local do treinamento do Sistema SINPA, conforme orientações da DPAS/CGPI/DIREX/DPF.

Resultados: Foi realizado o treinamento de SINPA em novembro de 2007, conforme planejado, inclusive treinando servidores além dos que efetivamente trabalharão com o novo passaporte, visando no futuro ter efetivo sobressalente.

Meta 26: Adquirir novos mobiliários e equipamentos para os setores de passaporte, operações de inteligência, e equipamentos de informática (*Ex. microcomputadores e impressoras*), conforme tentativas frustradas em anos anteriores.

Justificativa: Dinamizar, otimizar e proporcionar melhores e maiores condições de estrutura para as atividades desta Delegacia Especializada..

Ações desenvolvidas para atingimento: solicitou-se ao Superintendente Regional os equipamentos e mobiliário necessário a manutenção do serviço desta Delegacia.

Resultados: Houve parcial atingimento da meta, pois apenas cadeiras e equipamentos do novo passaporte foram encaminhados, permanecendo carente a Delegacia de diversos equipamentos, como copiadora, impressora e microcomputadores.

Meta 27: Dar estrutura ao novo Setor de Passaportes desta Delegacia Especializada, a fim de atender as demandas do novo modelo de passaporte.

Justificativa: Possibilitar satisfatoriamente a coleta, processamento e entrega do novo modelo de passaporte comum brasileiro no exercício de 2007.

Ações desenvolvidas para atingimento: solicitou-se ao Superintendente Regional a prioridade na instalação do novo Setor de Passaporte desta SR/DPF/PB.

Resultados: Não houve cumprimento da meta, pois não houve instalação do novo Setor de Passaporte, em face de problemas técnicos relativos as instalações elétricas inadequadas para recebimento dos novos equipamentos do passaporte - PROMASP.

Meta 28: Implementação do laboratório de química forense.

Justificativa: Realização de exames químicos em materiais sob investigação criminal.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Gestão junto à DITEC para aquisição de cromatógrafo gasoso/espectrômetro de massa via PROMOTEC.

Resultados: Aquisição e instalação do equipamento.

Meta 29: Melhoria dos recursos computacionais do setor.

Justificativa: Atualização tecnológica do parque computacional do Setec.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Solicitação de recursos financeiros para aquisição de equipamentos.

Resultados: Aquisição dos equipamentos.

Meta 30: Capacitação e atualização profissional.

Justificativa: Capacitar e atualizar os conhecimentos técnicos dos Peritos criminais para atendimento das solicitações de exames.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realização de treinamentos em todas as áreas.

Resultados: Realizar pelo menos 1 curso de atualização por servidor.

Meta 31: Gestão de qualidade.

Justificativa: Atender adequadamente as solicitações de exames.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Melhoria da infra-estrutura do Setor, treinamento de pessoal e incremento da lotação.

Resultados: Dotar o Setor de Peritos da área ambiental e mais um da área de Engenharia elétrica; Gestão junto à Ditec para nova lotação de Peritos e continuidade da implementação do Promotec.

Meta 32: Melhoria da infra-estrutura física.

Justificativa: Atender adequadamente o público (Núcleo de Identificação) e dotar o Setor de espaço físico adequado para suas funções.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Adequação das instalações físicas.

Resultados: Incremento da área disponível para o Setor.

Recursos Financeiros

	Tesouro	Funapol
Diárias;	R\$ 1.086.451,38	R\$ 1.530.380,61
Passagens;	R\$ 383.113,09	R\$ 9.346,78
Serviços; PJ	R\$ 920.671,44	R\$ 33.376,88
PF	R\$ 63.511,06	R\$ 27.647,00

Aquisições de bens de consumo;	R\$ 565.486,18	R\$ 11.583,67
Aquisições de bens permanentes;	R\$ 207.550,56	R\$ 27.436,00

Listar os contratos de terceirização (mão-de-obra, serviço de manutenção, segurança, etc.):

ITEM	Nº DO CONTRATO	OBJETO	VALOR DO CONTRATO
1	002/2003	Envio de Malote para Delegacias de Polícia Federal em Campina Grande e Patos/PB	R\$ 10.000,00
2	006/2003	Telefonia fixa local	R\$ 83.733,24
3	012/2003	Telefonia fixa LDN	R\$ 43.642,68
4	30497/2005	Envio de correspondências	R\$ 50.400,00
5	009/2005	Aluguel De imóvel para DPF/Patos/PB	R\$ 20.148,00
6	011/2005	Serviço de copa	R\$ 67.525,00
7	016/2005	Manutenção das viaturas da DPF/Campina Grande/PB	R\$ 41.360,00
8	007/2006	Limpeza dos prédios da SR/DPF/PB	R\$ 149.339,76
9	011/2006	Telefonia móvel local	R\$ 5.200,00
10	012/2006	Telefonia móvel DLN	R\$ 3.840,00
11	013/2006	Aluguel de imóvel da SR/DPF/PB	R\$ 72.000,00
12	014/2006	Manutenção das viaturas da SR/DPF/PB	R\$ 59.679,00
13	016/2006	Fornecimento de refeições para presos	R\$ 7.200,00
14	018/2006	Aluguel do imóvel da DPF/Campina Grande/PB	R\$ 37.304,16
15	010/2007	Publicações na Imprensa Nacional	R\$ 5.000,00
16	012/2007	Manutenção do elevador	R\$ 1.680,00
17	002/2007	Fornecimento de combustível para SR/DPF/PB	R\$ 107.694,00
18	007/2007	Fornecimento de combustível para DPF/Patos/PB	R\$ 40.695,00
19	004/2007	Fornecimento de combustível para DPF/Campina Grande/PB	R\$ 47.644,50
20	003/2007	Fornecimento de passagem aérea	R\$ 379.000,00
21	005/2007	Fornecimento de energia elétrica para DPF/Patos/PB	R\$ 29.104,00
22	009/2007	Fornecimento de água	R\$ 45.500,00
23	016/2007	Manutenção de aparelhos de ar-condicionados	R\$ 3.564,00
TOTAL			R\$ 1.300.753,30

Recursos Humanos

Distribuição dos recursos humanos pelas unidades administrativas.

UNIDADE	CARGOS							
	DPF	PCF	EPF	APF	PPF	ADM	TERC	ESTAG
GABINETE - GAB	01	01	-	01	-	03	08	-
NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL - NIP	01	-	01	08	01	01	-	-
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI	-	-	-	-	-	04	-	-
SETOR DE RECURSOS HUMANOS - SRH	-	-	01	02	-	14	03	-
SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO – SETEC	-	16	-	-	06	02	-	-

UNIDADE	CARGOS							
	DPF	PCF	EPF	APF	PPF	ADM	TERC	ESTAG
SETOR DE ADM. E LOGISTICA POLICIAL - SELOG	-	-	02	-	-	20	-	-
DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA - DREX	11	-	26	86	01	07	-	-
DEL. REG. DE COMBATE AO CRIME ORG. - DRCOR	04	-	-	15	-	-	-	-
CORREGEDORIA REG. DE POLÍCIA FEDERAL – COR	04	-	06	04	-	-	-	-
DELEGACIA DE POLÍCIA FEDERAL EM PATOS	03	-	04	14	01	01	-	-
DELEGACIA DE POL. FEDERAL EM CAMPINA GRANDE	06	-	09	21	01	07	-	-
TOTAL	30	11	49	151	10	60	11	-

Análise Crítica:

O efetivo da Superintendência Regional no Estado da Paraíba, apesar de envelhecido, com vários servidores próximos à aposentadoria, é condizente com as atividades que estão sendo desempenhadas. No que tange a Delegacia de Campina Grande/PB e, em especial, Patos/PB vislumbra-se que o efetivo é muito reduzido, não havendo possibilidade de funcionamento sem que para tanto haja o deslocamento de servidores de João Pessoa para suprir a demanda do serviço. Agrava-se o fato pela inexistência da terceirização do serviço de vigilância, o que faz com que grande parte de nossa capacidade produtiva seja direcionada à atividade de segurança patrimonial. Tal direcionamento é derivado da multiplicidade de instalações físicas, haja vista a inexistência de próprio da União que possibilite a concentração das atividades em um único local, situação esta considerada crítica em João Pessoa/PB.

4. Desempenho operacional

4.1 VINCULAÇÃO DAS REALIZAÇÕES DA UNIDADES COM O PLANO PLURIANUAL

4.1.1 Ação nº 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União. Programa 0662 - COMBATE A CRIMINALIDADE.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 1.460.428,67 (Hum milhão, quatrocentos e sessenta mil, quatrocentos e vinte e oito reais e sessenta e sete centavos)

Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação.

Setor Técnico-Científico – SETEC

Quadro de Laudos Emitidos

TIPO DE LAUDO	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Contábil Econômico Financeiro	01	03	05	---	11

	QUANTIDADE				
Arma e Balística	31	87	122	47	31
Documentoscopia (papel-moeda e outros)	114	123	203	145	185
Merceológico	05	10	12	14	08
Entorpecentes e Psicotrópicos *	57	29	76	46	83
Laboratório (Explosivos e Outros)	01	---	02	---	03
Exames técnicos em obras	---	---	---	---	15
Aparelhos eletroeletrônicos	21	16	17	45	07
Local	12	20	08	13	06
Material de Informática	03	14	17	52	54
Material audiovisual	14	12	05	07	08
Constatação de Dano ambiental	03	06	01	02	04
Incluir, caso existam, outros tipos de laudos.	53	27	60	66	33
TOTAL	315	347	528	437	448

* Relativo à ação de combate ao crime organizado.

Inteligência Policial – NIP

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS
Não houve operações, no entanto foram desenvolvidas atividades de inteligência policial.				

VS: Verba Secreta S-Sim N-Não

As atividades de inteligência policial foram dirigidas em suporte às demais Delegacias especializadas, incluindo o controle das Verbas Secretas-VS.

Polícia Marítima – NEPOM

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS
Patrulhamento ostensivo nos rios Soé, Sarapo, Sanhauá, Paraíba e Praia do Jacaré	João Pessoa	Prevenção ao tráfico de drogas, crimes ambientais e entrada ilegal de estrangeiros	Combate eficaz ao crime de pirataria, imigração ilegal, tráfico de drogas e demais delitos afetos a Polícia Federal	N
Patrulhamento ostensivo no Porto de Cabedelo	Cabedelo	Reprimir crimes em área portuária de competência da Polícia Federal	Não inserção do Porto na Lista-Negra do ISPS.	N
Apoio a outros órgãos	João	Apoio às	Manter a	N

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS
públicos federais e estaduais (Receita Federal, Ibama, Guarda Portuária, Corpo de Bombeiros etc)	Pessoa e Cabedelo	atividades dos órgãos parceiros, mormente por meio de investigações de pessoas e embarcações em toda a região aquática.	costa, rios e áreas portuárias livres de ameaças de ilícitos típicos destes ambientes (ex.: contrabando, descaminho etc) bem como apoios nas ações de busca e salvamento	

VS: Verba Secreta S-Sim N-Não

Índices mínimos

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Bens apreendidos					00
Entorpecentes apreendidos					00
Embarcações fiscalizadas					00

A falta de valoração dos índices na tabela acima deriva da recente criação do NEPOM (dez/2006) e da inexistência de flagrantes na localidade

Polícia de Imigração – DELEMIG

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS
49 Ordens de Missão referentes a controle migratório de entrada e saída de estrangeiros no Estado da Paraíba.	Porto de Cabedelo	Controlar movimentação de embarque e desembarque no Porto de Cabedelo/PB	Satisfatório	N
68 Ordens de Missão referentes a realização de sindicâncias em procedimentos referentes a estrangeiros.	João Pessoa e cidades no âmbito da circunscrição da SR/PB	Dar andamento a Processos Administrativos de Permanência e Naturalização de estrangeiro no Brasil	Satisfatório	N

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Passaportes expedidos	2.777	3.123	5.107	5.475	6.233
Extradicações					
Carteiras de estrangeiros	405	307	413	471	362
Deportações				01	
Expulsões					
Repatriações					

Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS
2004 – OPERAÇÃO ALIENISTA	João Pessoa	Reprimir fraudes na concessão de auxílio-doença na APS - Centro	Foram cumpridos 17 mandados de prisão e 16 de busca e apreensão. Prejuízo estimado pelo INSS foi de 6 milhões de reais.	N
2006- OPERAÇÃO CARTA MARCADA	PARAÍBA e RIO DE JANEIRO	Reprimir fraudes nas licitações realizadas em 62 prefeituras da Paraíba, com sonegação de tributos e contribuições previdenciárias.	Foram cumpridos 12 mandados de prisão e 17 de busca e apreensão. Prejuízo estimado pela Receita Federal foi de 50 milhões de reais.	S
2007 – OPERAÇÃO CÁRCERE	SERTÃO DA PARAÍBA	Reprimir fraudes na concessão do benefício de auxílio-reclusão na Paraíba.	Foram cumpridos 26 mandados de prisão e 31 de busca e apreensão. Prejuízo estimado pelo INSS foi de 5 milhões de reais.	S

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Quantidade de IPL's instaurados	04	12	35	29	62
Quantidade de IPL's relatados	02	09	21	13	11
Quantidade de IPL's em andamento	-	-	08	14	50
Estimativa de valores apurados nos inquéritos policiais: R\$	-	6 milhões	-	50 milhões	5 milhões

Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS
DERRAME	João Pessoa	Apreender dinheiro falso	2 prisões	N
01	João Pessoa	Contrabando/ Descaminho - Apreender máquinas caça níqueis	130 máquinas caça níqueis apreendidas	N
274	João Pessoa	Combate ao cartel dos proprietários dos postos de combustíveis	Indiciamentos de envolvidos no cartel, prisões e queda acentuada dos preços de combustível no Estado da Paraíba	

VS: Verba Secreta S-Sim N-Não

Índices

ITEM	TIPIFICAÇÃO		Quantidade	Percentual
	Tipo	Crime		
01	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	9	2,2
02	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	127	30,5
03	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	18	4,3
04	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	37	8,9
05	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	16	3,9
06	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	8	1,9
07	Art. 155 (C.P.B)	Furto	27	6,5
08	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	12	2,9
09	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	41	9,9
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	53	12,7

ITEM	TIPIFICAÇÃO		Quantidade	Percentual
	Tipo	Crime		
11	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	18	4,3
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	9	2,2
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Documento Público	19	4,6
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	25	6
15	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	15	3,6
16	Art.342 (C.P.B)	Falso Testemunho	20	4,8
17	Art. 293 (C.P.B)	Falsificação de Papéis Públicos	4	0,9
18	Outros	Diversos		
TOTAL			416	

Defesa Institucional - DELINST

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS
Não houve operações, no entanto foram desenvolvidas investigações afetas à área, estando algumas operações em curso				N

VS: Verba Secreta S-Sim N-Não

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Segurança de Dignitários (por expedição de Ordem de Missão Policial)	47	54	86	66	55
Proteção de testemunhas ameaçadas	-	-	-	-	-
Registros de arma expedidos	27	08	184	234	887
Portes de arma expedidos	13	01	06	08	11

Controle de Segurança Privada - DELESP

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS
Não houve operações, no entanto foram desenvolvidas investigações em segurança privada.				N

VS: Verba Secreta S-Sim N-Não

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007

	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Aplicação de multas por ano	18	28	26	28	12
Certificados emitidos por ano	89	90	91	92	83
Carteiras de vigilantes expedidas por ano	214	390	1.861	525	861
Vistorias realizadas por ano	302	306	282	264	312

Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS
Não houve operações, no entanto foram desenvolvidas investigações, ainda em andamento, em degradação ambiental, rinhas de animais e extração e comércio ilegal de fósseis				

VS: Verba Secreta S-Sim N-Não

Análise Crítica dos resultados e do desempenho da unidade nas atividades da Ação nº 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União:

O Departamento de Polícia Federal no ano de 2007 não possuía um estudo que apresentasse indicadores de desempenho que pudessem aferir, quanto a eficiência, a eficácia e a efetividade, as suas atividades. Entretanto, esta Superintendência foi informada, pela Diretoria de Administração e Logística Policial – DLOG/DPF, que uma consultoria especializada em gestão estratégica foi contratada ao Ministério da Justiça e estará executando trabalhos no sentido de sugerir indicadores que possam medir o esforço e a eficiência da atuação da Unidade no cumprimento de suas responsabilidades institucionais, diretrizes e objetivos estratégicos. Porém, com o objetivo de melhor atender ao que foi solicitado por esse Órgão de Controle, foram apresentadas as atividades desenvolvidas pelas delegacias e setores desta Unidade, no âmbito dessa ação e a análise crítica abaixo exposta.

No tocante ao Setor Técnico Científico, o ano de 2007 terminou com as pendências em laudos periciais indicadas na tabela a seguir.

Quadro de Pendências

TIPO DE LAUDO	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Contábil Econômico Financeiro	01	07	05	03	15
Arma e Balística	02	03	---	03	04
Documentoscopia (papel-moeda e outros)	01	10	09	29	23
Merceológico	---	01	01	---	01
Entorpecentes e Psicotrópicos *	04	03	03	---	02

	QUANTIDADE				
Laboratório (Explosivos e Outros)	---	---	---	---	---
Exames técnicos em obras	---	03	14	09	10
Aparelhos eletroeletrônicos [#]	07	09	09	04	09
Local	---	04	03	02	07
Material de Informática	---	01	04	12	11
Mat. audiovisual (<i>incluindo em eletroeletrônicos</i>)	---	---	---	---	---
Constatação de Dano ambiental	02	01	---	---	07
Incluir, caso existam, outros tipos de laudos.	---	---	---	---	---
TOTAL	17	42	48	62	89

Os dados de pendências representam a situação em 31/12 do referido ano e mostra um dado estático dentro de um quadro dinâmico. A título de ilustração, a situação em 19/02/08 é de 06 pendências na área de informática e 97 pendências totais. Alguns exames específicos, ainda não realizados no SETEC/PB, e que devem ser enviados à Brasília, demonstram a importância da implementação dos laboratórios de Química Forense, Engenharia Legal e Meio Ambiente, Contábil por meio dos Projetos de Modernização da Polícia Federal (Promotec e Pró-amazônia), além de novas lotações de profissionais.

Na atividade de Inteligência Policial, foram desenvolvidas pelo Núcleo de Inteligência Policial, em sua maioria, ações tipicamente de assessoramento, tais como a produção de conhecimentos que visavam instruir a formulação de estratégias operacionais bem como visavam possibilitar o apoio às atividades operacionais de investigação já em curso. No entanto, tais atividades devem ser melhor trabalhadas, visando centralizar as informações sobre as operações em curso na Superintendência, objetivando a constituição de uma base de conhecimento única que possibilitará uma análise eficiente sobre o crimes praticados contra bens serviços e interesses da União, e que as diversas investigações desenvolvidas no âmbito da SR/PB tenham seus dados e informações compartilhados.

Dentre as várias atividades empreendidas pela Superintendência Regional da Paraíba, nos últimos anos, destacam-se as de repressão a crimes previdenciários. Desde o ano de 2004, a Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários (DELEPREV) vem fazendo seguidas operações no âmbito da Superintendência Regional da Paraíba. Com a evolução dos trabalhos, surgiu a necessidade de uma maior integração com os servidores da previdência social, haja vista o trabalho em conjunto levar a melhores resultados. No ano de 2007, a força-tarefa previdenciária foi instaurada na Paraíba, funcionando em um prédio cedido pelo INSS, com participação de servidores da Polícia Federal e do Ministério da Previdência. O desafio para o ano de 2008 é a consolidação do trabalho integrado com a Previdência Social, sendo necessário o reforço do efetivo da PF nesta atividade, bem como sua melhor especialização.

O NEPOM foi criado em dezembro de 2006, estando estruturado no Porto de Cabedelo, ainda que de forma precária, sendo necessário o deslocamento de

servidores da DELEMIG para a fiscalização de passageiros e eventuais policiamentos ostensivos, sendo que o Porto não figura na Lista Negra do ISPS.

No que se refere às demais Delegacias, necessário se faz não só a repressão constante das diversas práticas delituosas, mas também ações de prevenção, cujo objetivo é evitar a ocorrência dos ilícitos, trabalhando efetivamente na causa e não no efeito. Destaco que os resultados só não foram mais significativos em razão da carência de recursos humanos, uma vez que parte da força produtiva está sendo destinada a segurança física de instalações, o que, já no ano de 2008 será corrigido com a licitação para contratação de vigilantes.

4.1.2 Ação nº 2680 - Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro. Programa 0662 - COMBATE A CRIMINALIDADE.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: Não foram descentralizados pela Unidade Central recursos dessa ação para a SR/PB.

Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação.

Repressão a Crimes Financeiros – DELEFIN

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS
Não houve operações, no entanto foram desenvolvidas investigações sobre crime de lavagem de dinheiro.			08 inquéritos investigando crimes de lavagem de dinheiro em andamento	N

VS: Verba Secreta S-Sim N-Não

Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS
Não houve operações, no entanto foram desenvolvidas investigações sobre tráfico ilícito de armas, que permanecem em curso.			Investigações sobre crimes de tráfico ilícito de armas (em curso)	N

VS: Verba Secreta S-Sim N-Não

Quantidade de armas apreendidas

TIPO (pistola, revolver, fuzil, etc)	CALIBRE	QUANIDADE
REVÓLVER	38	15

REVÓLVER	32	02
PISTOLA	380	05
PISTOLA	7.62	02
PISTOLA	6.35	01
ESPINGARDA	12	04
ESPINGARDA	28	01
ESPINGARDA	S/ESPECIFICAÇÃO	01

Repressão a Entorpecentes – DRE

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS
POLÍGONO II	Paraíba e outros Estados do Nordeste	Combate ao tráfico de drogas	Prisão e indiciamento de Vicente de Paula Oliveira – principal traficante que tinha atuação na Paraíba, também atuava no Rio Grande do Norte, Pernambuco e Alagoas. Apreensão de 30 quilos de maconha,	S
JAGUAR	Paraíba	Combate ao tráfico de drogas	Prisão e indiciamento de Thaner Yasbeck Asfora e outros. Apreensão de 40 quilos de maconha, 06 quilos de cocaína, 253 comprimidos de ecstasy, 01 balança de precisão	S
BALADA	Paraíba	Combate ao tráfico de drogas	Prisão e indiciamento de Edelson	S

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS
			Rondon e Silva e Antonio Batista Travassos . Apreendidos 428 comprimidos de ecstasy e 400 micropontos de LSD	
NETUNO	Paraíba	Combate ao tráfico de drogas	Prisão e indiciamento de Elinaldo Gonçalves de Araujo (Pequeno) e outros. Apreendidos 2.000 gramas de cocaína, papalotes, balança de precisão	S

VS: Verba Secreta S-Sim N-Não

Índices

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
COCAÍNA (kg)	1.4	-	8.2	30	846
CRACK (Gr)	409,00	-	-	-	50
LANÇA-PERFUME (FC)	624,00	6,00	-	-	
MACONHA (kg)	522	27	220	100	572
Ecstasy (un.)	-	-	690	-	
LSD (un.)	-	-	400	-	
Haxixe	-	-	-	-	1.8
Psicotrópicos (un.)			12.555		

Controle e Fiscalização de Produtos Químicos

ATIVIDADES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
EMPRESAS FISCALIZADAS	-	-	3	-	4
CADASTROS APROVADOS	-	-	-	-	-
LICENÇAS RENOVADAS	-	-	-	-	-
AUT. PRÉVIAS EMITIDAS – EXPORTAÇÃO	-	-	-	-	-

AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS EMITIDAS	-	-	-	-	-
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS	-	-	-	-	-
VALORES ARRECADADOS – TAXAS	-	-	-	-	-
VALORES ARRECADADOS - MULTAS	-	-	-	-	-

Repressão a Crimes Contra o Patrimônio - DELEPAT

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS
Operação Javali	João Pessoa /PB e cidades do interior do Estado.	Frutar fuga de presos de Presídio de Segurança Máxima, dentre eles vários assaltantes.	Obtenção de informações que possibilitou a transferência de 20 presos para os presídios federais	S
Operação Âncora e Cracolândia	Cabedelo e João Pessoa/PB	Prender assaltantes e traficantes com ações a partir do Porto de Cabedelo/PB	Foram presos 13 pessoas envolvidas com tráficos e assaltos na região.	S
Operação Prometeus	João Pessoa/PB	Consistiu em evitar a fuga de vários apenados do presídio ROGER, dentre eles homicidas e assaltantes	Foram presos 05 envolvidos e apreendidos 03 fuzis, 02 pistolas e explosivos.	S

VS: Verba Secreta S-Sim N-Não

Análise Crítica dos resultados e do desempenho da unidade nas atividades da Ação nº 2680 - Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro:

Reiterando o exposto na análise crítica anterior, destaco que o Departamento de Polícia Federal no ano de 2007 não possuía um estudo que apresentasse indicadores de desempenho que pudessem aferir, quanto a eficiência, a eficácia e a efetividade, as suas atividades. Entretanto, esta Superintendência foi informada pela Diretoria de Administração e Logística Policial – DLOG/DPF, que uma consultoria especializada em gestão estratégica foi contratada ao Ministério da Justiça e estará executando trabalhos no sentido de sugerir indicadores que possam medir o esforço e a eficiência da atuação da Unidade no cumprimento de suas responsabilidades institucionais, diretrizes e objetivos estratégicos. Porém, com o objetivo de melhor atender ao que foi solicitado por esse Órgão de Controle, foram apresentadas as

atividades desenvolvidas pelas delegacias e setores desta Unidade, no âmbito dessa ação e a análise crítica abaixo exposta.

Em que pese as Delegacias de Combate a Crimes Financeiros - DELEFIM – não estar formalmente instituída (a DELEFAZ é a delegacia que trata da matéria) e não haver funcionários com capacitação adequada na área, foram desenvolvidas investigações sobre crime de lavagem de dinheiro que resultaram em 08 (oito) inquéritos, que estão em curso.

A Delegacia de Repressão a Entorpecentes desenvolveu ações de combate ao tráfico de drogas, priorizando a questão do “crack”, que atualmente é o psicotrópico mais utilizado pelos traficantes, de forma que essa delegacia conseguiu suplantar as expectativas estabelecidas para 2007. Ressalte-se que os resultados acima apresentados foram obtidos, apesar das carências estruturais e de pessoal.

O acima exposto, também se aplica à repressão aos crimes contra o patrimônio (afeta a DELEPAT), conforme se observa no desempenho operacional elencado anteriormente.

De fato todas as Delegacias desta Superintendência apresentam carências de toda ordem, como carência de recursos informáticos, falta de viaturas e de armamento, carência de treinamentos operacionais, e instalações precárias e com falta de manutenção. Ocorre que, apesar da falta de estrutura e meios ora expostos, é manifesta a abnegação dos servidores, que atingem resultados expressivos mesmo diante das adversidades.

4.1.3 Ação: 2662 – CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA FEDERAL.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 17.158,00 (Dezessete mil, cento e cinquenta e oito reais)

EVENTO (curso, palestra, encontro, etc.)	PARTICIPANTES	LOCAL DE REALIZAÇÃO DO EVENTO
Pós Graduação em Perícias Médicas – Especialização em Latu Sensu	As médicas Amira Rose Costa Medeiros e Andreoa Lígia Vieira Correia,	O curso acontece em encontros mensais (sexta à noite e sábados período integral) e está com o término previsto para o mês de julho deste ano. O pagamento está sendo realizado pelo NEOF/SELOG/SR/DPF/PB mês de julho de 2008. O pagamento está sendo feito mês a mês pelo NEOF/SR/PB. A empresa promotora é Universidade

EVENTO (curso, palestra, encontro, etc.)	PARTICIPANTES	LOCAL DE REALIZAÇÃO DO EVENTO
		Estácio de Sá/ Portal FCursos
III Congresso de Avaliação Psicológica	Iracly Silva Bazanelli Bicudo, Psicóloga, e Marlene Angelina Brito dos Santos, Agente Administrativa	Promovido pelo IBAP-Inst. Brasileiro de Avaliação Psicológica, nesta Capital.
Formação de Pregoeiros	Walkíria Lúcia de Araújo Cavalcanti, Agente Administrativo e Laurente Alves Maia, Agente de Polícia Federal. Ambos são Pregoeiros desta SR/DPF/PB.	Evento realizado nesta Capital.

Análise Crítica dos resultados e do desempenho da unidade nas atividades da Ação nº 2662 – Capacitação e Especialização de Recursos Humanos da Polícia Federal:

Departamento de Polícia Federal no ano de 2007 não possuía um estudo que apresentasse indicadores de desempenho que pudessem aferir, quanto a eficiência, a eficácia e a efetividade, as suas atividades. Entretanto, esta Superintendência foi informada, pela Diretoria de Administração e Logística Policial – DLOG/DPF, que uma consultoria especializada em gestão estratégica foi contratada ao Ministério da Justiça e estará executando trabalhos no sentido de sugerir indicadores que possam medir o esforço e a eficiência da atuação da Unidade no cumprimento de suas responsabilidades institucionais, diretrizes e objetivos estratégicos. Porém, com o objetivo de melhor atender, ao que foi solicitado por esse Órgão de Controle, foram apresentadas os cursos, palestras, encontro, etc, desenvolvidos por esta Superintendência, no âmbito dessa ação e a análise crítica abaixo exposta.

As ações desenvolvidas por esta Unidade Descentralizada, através da Equipe T & D, foram todas voltadas as nossas necessidades nas áreas médica, psicossocial e Comissão Permanente de Licitação.

A análise crítica indica que os servidores desta Superintendência necessitam de mais ações destinadas à atividade fim do Departamento de Polícia Federal.

Obs. IMPORTANTE: Se a unidade recebeu valores significativos em outras ações, estes devem ser identificados conforme os modelos acima e/ou anteriores (2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União, 2680 - Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro e 2662 – Capacitação e Especialização de Recursos Humanos da Polícia Federal)

4.1.4 Outras ações pelas quais a Unidade recebeu valores significativos da Unidade Central

Ação: 1899 – REAPARELHAMENTO DAS UNIDADES OPERACIONAIS E DO SEGMENTO TECNOLÓGICO. Programa: 1353 - MODERNIZAÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 27.436,00 (Vinte e sete mil, quatrocentos e trinta e seis reais).

Ação: 2679 – FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUÇÃO, TRANSPORTE. Programa: 0662 - COMBATE A CRIMINALIDADE.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 84.715,61 (Oitenta e quatro mil, setecentos e quinze reais e sessenta e um centavos).

Ação: 2720 – OPERAÇÕES DE CARÁTER SIGILOSO. Programa: 0662 - COMBATE A CRIMINALIDADE.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 50.032,66 (Cinquenta mil e trinta e dois reais e sessenta e seis centavos).

Ação: 0181 – PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SERVIDORES CÍVIS. Programa: 0089 - PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 12.051,52 (Doze mil e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos).

Ação: 1F65 – IMPLANTAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA E DE SISTEMAS VITAIS DE SUPORTE. Programa: 1127 - SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 662.981,65 (Seiscentos e sessenta e dois mil, novecentos e oitenta e um reais e sessenta e cinco centavos).

Ação: 2000 – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE. Programa: 0750 - APOIO ADMINISTRATIVO.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 2.605.686,91 (Dois milhões, seiscentos e cinco mil, seiscentos e oitenta e seis reais e noventa e um centavos).

Ação: 8545 – APOIO À REPRESSÃO QUALIFICADA. Programa: 1127 - SISTEMA ÚNICO DE SEGURANÇA PÚBLICA.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 309.027,25 (Trezentos e nove mil e vinte e sete reais e vinte e cinco centavos).

Outras atividades

Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR

ATIVIDADES	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
Recebimento de 977 notícias		Análise e manifestação:	- 548 Inquéritos Policiais

ATIVIDADES	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
crimes.		tratando de delitos da competência da Polícia, remeter ao DREX para distribuição; em caso de outras competências, dar o devido encaminhamento.	instaurados; - 78 notícias enviadas à DPF/PAT/PB e 64 enviadas à DPF/CGE/PB, num total de 142 notícias; - 31 enviadas ao NUDIS/COR/SR/PB; - 256 outras destinações como: devolvidos aos órgãos de origem, enviados a outras Descentralizadas e ainda em análises; - 16 pareceres emitidos.
Recebimento de 178 Cartas Precatórias para cumprimento.		Atendimento das diligências solicitadas: oitivas, indiciamentos e diligências investigativas.	178 Cartas Precatórias instauradas e 165 atendidas.
Correição Ordinária	João Pessoa/PB, Patos/PB e Campina Grande/PB	Examinar os procedimentos em tramitação, os livros cartorários, os expedientes pendentes, o depósito, o destino das coisas apreendidas, o cartório e a custódia.	Foram correicionados 806 IPL's na SR/DPF/PB, 274 na DPF/PAT/PB e 304 na DPF/CGE/PB, além de examinados os livros cartorários, os expedientes pendentes, os depósitos e o destino das coisas apreendidas, além de verificada a situação dos cartórios e das custódias.
Correição Parcial	João Pessoa/PB	Realizar exame correicional, antes da remessa dos procedimentos investigatórios aos órgãos de	Todos os procedimentos investigatórios em tramitação na SR/DPF/PB foram submetidos à

ATIVIDADES	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
		controle, com o fim de apontar eventuais irregularidades nos inquéritos.	Correição Parcial, antes da remessa para o Judiciário ou MPF.
Correição Extraordinária	João Pessoa/PB	Realizar ação fiscalizadora em apenas um ou mais procedimentos policiais, ou setores da unidade, por determinação do Corregedor Regional e, excepcionalmente, do Superintendente Regional.	No decorrer do ano de 2007, foi realizada Correição Extraordinária em apenas um inquérito policial.
Registrar, controlar e executar a tramitação dos procedimentos judiciais, o cumprimento de diligências e mandados expedidos por autoridades judiciárias e requisições expedidas pelo Ministério Público.	João Pessoa/PB	Controlar e executar o cumprimento dos referidos procedimentos.	Tal tarefa, na prática, é desempenhada pela própria Corregedoria Regional.
Controlar e fiscalizar os prazos legais relativos à instauração e à conclusão dos procedimentos investigatórios.	João Pessoa/PB	Zelar pela pontualidade dos procedimentos investigatórios.	Expedição de memorandos às autoridades policiais para a imediata instauração dos procedimentos pendentes e entrega dos procedimentos com prazos vencidos.
Elaborar pareceres relativos a	João Pessoa/PB, Patos/PB e Campina	Busca de um consenso, por meio de uma	Zero (nenhum conflito de atribuição foi

ATIVIDADES	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
conflitos de atribuição, suscitados pelas autoridades policiais.	Grande/PB.	análise técnica objetiva.	encaminhado ao NUCOR para parecer).
Avaliar o trabalho desenvolvido pelas autoridades policiais	João Pessoa/PB, Patos/PB e Campina Grande/PB.	Verificar o desempenho e resultados alcançados.	As avaliações foram realizadas no bojo dos relatórios das Correições Ordinárias.
Recebimento de notícias de possíveis transgressões disciplinares.		Instrução, análise preliminar e manifestação, com emissão de pareceres.	- 09 Sindicâncias instauradas; - 03 Processos Adminis-trativos Disciplinares instaurados; - 14 procedimentos em diligências e 02 arquivados; - 25 Pareceres emitidos; - 113 Despachos emitidos.
Instrução de procedimentos em andamento.		- Acompanhamento das atividades das Comissões Disciplinares e dos Sindicantes designados; - Controle de prazos.	- 08 Sindicâncias de 2006 e 01 de 2004: concluídas as de 2006 em 2007; - 13 Processos Adminis-trativos Disciplinares de 2006 em andamento: concluídos em 2007.
Recebimento de 02 notícias de acidentes em serviços envolvendo servidores.		- Instauração, instrução e conclusão.	- 02 Processos Especiais de Acidentes em Serviço instaurados em 2007 e 01 concluído.
Instrução de processo especial de acidente em serviço em andamento.		- Instrução e relatório.	- 01 Processo Especial de Acidente em Serviço de 2006 concluído.
Notícias de		- Instauração,	- 02 Investigações

ATIVIDADES	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO
perda/furto de carteira funcional.		instrução e relatório.	prévias instauradas e concluídas.
Análise Correicional.		- Análise e manifestação.	- 01 Relatório de análise correicional extraor-dinária.

Análise Crítica:

As atividades desenvolvidas pela Corregedoria inicialmente foram bastante prejudicadas em razão da cumulação dos procedimentos disciplinares e número elevado de inquéritos policiais federais. Apesar desse óbice, considero o seu desempenho satisfatório, uma vez que, que 58,06% das notícias recebidas resultaram na instauração de procedimentos administrativos disciplinares, foram correicionados a quase totalidade dos inquéritos e os Delegados ainda foram responsáveis pela condução de diversas investigações.

DESCENTRALIZADA	IPLS EM ANDAMENTO	IPLS INSTAURADOS EM 2007	IPLS CORREICIONADOS
SR/DPF/PB	998	388	806
DPF.B/CGE/PB	448	217	304
DPF.B/PAT/PB	413	93	274
TOTAL	1859	698	1384

As impropriedades detectadas na Correição Ordinária do ano de 2007 foram levadas ao conhecimento das autoridades policiais e escrivães, com solicitação de saneamento.

ANEXO A

Demonstrativo de tomadas de contas especiais

(item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

“NÃO SE APLICA”.

ANEXO B

Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades

(item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

Obs.: Expedido pela COR apenas para as situações que causarem danos ao patrimônio.

Não foram detectadas situações irregulares na COR/SR/DPF/PB.

1.

UNIDADE: Superintendência Regional do DPF no Estado da Paraíba.		
NOME DO RESPONSÁVEL: JOSEFA MARIA LOURENÇO DA SILVA		CPF:
CARGO: DELEGADA DE POLÍCIA FEDERAL	FUNÇÃO: CHEFE DO NUDIS, RESPONDENDO PELA CORREGEDORIA	MATRÍCULA: 10.527
DESCRIÇÃO SUCINTA DA FORMA COMO O FATO IRREGULAR SE DEU:		
DESCRIÇÃO DO OBJETO DA PERDA, EXTRAVIO OU OUTRAS IRREGULARIDADES:		
CRITÉRIO UTILIZADO NA QUANTIFICAÇÃO DO DANO:		
DESCRIÇÃO DO ACORDO FEITO PELA ADMINISTRAÇÃO COM AGENTE RESPONSÁVEL PARA REPARAÇÃO DO DANO:		
VALOR RECOLHIDO:	DATA DO RECOLHIMENTO:	
LOCAL E DATA: João Pessoa/PB 29 de fevereiro de 2008	NOME: DPF Josefa Maria Lourenço da Silva	ASSINATURA:

ANEXO C

Despesas com cartão de crédito corporativo

(conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Tabela C1 – Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura

2005	2006	2007
3.642,21	18.580,98	24.811,30

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
SF 014	Memo 2369/2007-SETEC	EDMILSON LUCENA NERI	1.312,20
SF 007	Memo 057/2007-DPF/PAT	JOAO LEITE SOBRINHO NETO	2.245,46
SF 010	Memo 1328/2007-SETEC	ALDAIR RODRIGUES G JUNIOR	1.921,43
SF 012	Memo 1831/2007-SETEC		
SF 017	Memo 2964/2007-SELOG		
SF 006	Memo 0699/2007-SETEC	MARIA IRENE DE S C LIMA	1.139,06
SF 004	Memo s/n/2007-DPF/CGE	ANTONIO CARLOS M DE MELO	4.885,46
SF 009	Memo s/n/2007-DPF/CGE		
SF 002	Memo 515/2007-SELOG	FCO FERNANDES DE SOUZA	1.565,90
SF 001	Memo 0495/2007-DREX	DEUSIMAR W GUEDES	576,65
SF 008	Memo 1299/2007-SELOG	OLCEMIR B DA ROCHA	5.291,09
SF 013	Memo 1893/2007-SELOG		
SF 016	Memo 2503/2007-SELOG		
SF 011	Memo 0001/2007-NTI	ARIOSVALDO ANDRE COSTA	1.054,69
SF 003	Memo 0037/2007-NTI	PEDRO LUIS LIMEIRA FERREIRA	2.648,70
SF 015	Memo 2298/2007-NTI		
SF 033/2006	Memo 3053/2006-DELEMIG	LUIZ FERNANDO M DOS SANTOS	590,63
SF 005	Memo 0584/2007-SELOG	ANDRE CARVALHO BATISTA	1.580,03
Totais			24.811,30

Tabela C2 – Cartão de crédito corporativo: série histórica dos saques efetuados

2005	2006	2007
9.140,00	95.228,00	37.344,00

Tabela C3 – Cartão de crédito cooperativo: detalhamento dos saques efetuados em 2007

UG 200396 – Suprimento de Fundos nº 001/2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Aquisição de pilhas alcalinas.		Deusimar Wanderley Guedes	7,50
Aquisição de tinta.		Deusimar Wanderley Guedes	100,00
Recarga de cartuchos, aquisição de cartucho remanufaturado e caixa de som multilaser USB.		Deusimar Wanderley Guedes	135,00
Aquisição de tinta, lixa e massa corrida.		Deusimar Wanderley Guedes	310,00
Aquisição de teclado mult black.		Deusimar Wanderley Guedes	25,00
Aquisição de vidro.		Deusimar Wanderley Guedes	30,00
Aquisição de papel linho telado branco e envelope branco carta.		Deusimar Wanderley Guedes	16,50
Aquisição 6,5m de fita.		Deusimar Wanderley Guedes	5,00
Aquisição de 2,3m de cetim twist.		Deusimar Wanderley Guedes	13,50
Aquisição de HUB USB 2.0.		Deusimar Wanderley Guedes	35,00
Aquisição de transparência para impressora jato de tinta.		Deusimar Wanderley Guedes	20,25
Aquisição de chave L TP torx 43TXL.		Deusimar Wanderley Guedes	14,00
Aquisição de 01 caixa do medicamento Omeprazol 400mg.	Medicamento para custodiado.	Deusimar Wanderley Guedes	20,05
Aquisição de óleo diesel comum para atender viatura em viagem em Minas Gerais.		Deusimar Wanderley Guedes	338,00
Manutenção no sistema de comunicação VHF com a instalação de novo conector da base de antena da viatura L200.	Serviço prestado por pessoa física.	Deusimar Wanderley Guedes	50,00
Serviço de alvenaria, pintura e colocação de 11 m ² de cerâmica em banheiro.	Serviço prestado por pessoa física.	Deusimar Wanderley Guedes	150,00
Confecção de 1.000 un de folders.		Deusimar Wanderley Guedes	450,00
Confecção de banners e adesivos de sinalização.		Deusimar Wanderley Guedes	480,00
Serviços de encadernação.		Deusimar Wanderley Guedes	51,30
Cópias engenharia 65cm e 80cm.		Deusimar Wanderley Guedes	8,70
Substituição de roda teto.		Deusimar Wanderley Guedes	50,00
Serviços de fotografia.		Deusimar Wanderley Guedes	80,00
Serviço realizado em rádio gravador C/CD.		Deusimar Wanderley Guedes	30,00
Serviço de áudio, vídeo e foto.		Deusimar Wanderley Guedes	380,00
Serviços gráficos.		Deusimar Wanderley Guedes	400,00
Total			3.199,80

UG 200396 – Suprimento de Fundos nº 002/2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Aquisição de alicate.		Francisco Fernandes de Souza	27,00
Aquisição de fusíveis pequeno 0,5A, 1A, 5A.		Francisco Fernandes de Souza	7,10
Serviço de retoque de pintura e conserto das portas e janelas do ônibus placa GKW1229.	Serviço prestado por pessoa física.	Francisco Fernandes de Souza	300,00

Serviço de colocação de bancos no ônibus placa GKW 1229 com adaptação de 22 poltronas duplas.	Serviço prestado por pessoa física.	Francisco Fernandes de Souza	700,00
Serviço de instalação de rádio e antena.		Francisco Fernandes de Souza	110,00
Serviços mecânicos em geral.		Francisco Fernandes de Souza	35,00
Conserto de um rádio VHF GM 300 – Viatura Nissa -; instalação de antena viatura Nissan; conserto de rádio base do plantão sistema VHS.		Francisco Fernandes de Souza	355,00
Instalação de 03 projetores, 03 tomadas 2P+T; instalação de tomada tipo campainha para 3 portões; revisão da parte elétrica do plantão com instalação de 2 tomadas; instalação de fonte para as câmeras; instalação de lâmpadas de emergência no plantão; instalação de braço para câmera em frente à delegacia.		Francisco Fernandes de Souza	600,00
Total			2.134,10

UG 200396 – Suprimento de Fundos nº 003/2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Aquisição de envelope para Cd e DVD.		Pedro Luís Limeira Ferreira	18,00
Aquisição de corda de seda.		Pedro Luís Limeira Ferreira	15,00
Aquisição de cartucho.		Pedro Luís Limeira Ferreira	40,00
Aquisição de cartucho.		Pedro Luís Limeira Ferreira	45,00
Aquisição de botijão de gás.		Pedro Luís Limeira Ferreira	31,00
Aquisição de assento almof., tinta, lixa e massa corrida.		Pedro Luís Limeira Ferreira	110,00
Cópia de chaves.		Pedro Luís Limeira Ferreira	12,00
Instalação de linhas telefônicas e reprogramação de ramal.		Pedro Luís Limeira Ferreira	200,00
Montagem e desmontagem de divisórias.		Pedro Luís Limeira Ferreira	300,00
Total			771,00

UG 200396 – Suprimento de Fundos nº 004/2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Aquisição de óleo para motor e óleo lubrificante.	Necessidade de realizar pagamento a prestador de serviço que não aceita pagamento através de cartão de crédito.	Antônio Carlos Marcos de Melo	200,00
Aquisição de correia.	Necessidade de realizar pagamento a prestador de serviço que não aceita pagamento através de cartão de crédito.	Antônio Carlos Marcos de Melo	20,00
Aquisição de cabos CCI e tomada telebrás fêmea.	Necessidade de realizar pagamento a prestador de serviço que não aceita pagamento através de cartão de crédito.	Antônio Carlos Marcos de Melo	10,70
Aquisição de tonners e cartuchos.	Necessidade de realizar pagamento a prestador de serviço que não aceita pagamento através de cartão de crédito.	Antônio Carlos Marcos de Melo	290,30

Serviço de confecção e instalação de divisórias e desmontagem no balcão.	Necessidade de realizar pagamento a prestador de serviço que não aceita pagamento através de cartão de crédito.	Antônio Carlos Marcos de Melo	800,00
Conserto e instalação de cortinas.	Necessidade de realizar pagamento a prestador de serviço que não aceita pagamento através de cartão de crédito.	Antônio Carlos Marcos de Melo	600,00
Serviços de telefonia móvel (cartões TIM).	Necessidade de realizar pagamento a prestador de serviço que não aceita pagamento através de cartão de crédito.	Antônio Carlos Marcos de Melo	40,00
Serviços de telefonia móvel (cartões TIM).	Necessidade de realizar pagamento a prestador de serviço que não aceita pagamento através de cartão de crédito.	Antônio Carlos Marcos de Melo	60,00
Serviços de consertos e reformas de 4 móveis de escritório.	Necessidade de realizar pagamento a prestador de serviço que não aceita pagamento através de cartão de crédito.	Antônio Carlos Marcos de Melo	500,00
Serviço de gesso, forro liso e roda teto.	Serviço prestado por pessoa física.	Antônio Carlos Marcos de Melo	800,00
Serviço de solda de portões da delegacia.	Serviço prestado por pessoa física.	Antônio Carlos Marcos de Melo	800,00
Serviços de reparos e manutenção nas instalações elétricas da delegacia.	Serviço prestado por pessoa física.	Antônio Carlos Marcos de Melo	800,00
Total			4.921,00

UG 200396 – Suprimento de Fundos nº 005/2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Aquisição de material de expediente.		André Carvalho Batista	800,00
Aquisição de botijão de gás.		André Carvalho Batista	33,00
Serviços na instalação hidráulica no banheiro do plantão e no banheiro feminino.	Serviço prestado por pessoa física.	André Carvalho Batista	300,00
Confecção de 10 chaves para fechadura de cilindro.	Serviço prestado por pessoa física.	André Carvalho Batista	300,00
Instalação de luminárias, substituição de readers e states. Revisão elétrica nos setores de transporte e plantão.	Serviço prestado por pessoa física.	André Carvalho Batista	300,00
Revisão geral da instalação elétrica do setor de passaporte.	Serviço prestado por pessoa física.	André Carvalho Batista	200,00
Manutenção técnica em máquinas copiadoras e recarga de toner.	Serviço prestado por pessoa física.	André Carvalho Batista	800,00
Confecção de chaves para fechadura.	Serviço prestado por pessoa física.	André Carvalho Batista	100,00
Conserto de impressora LX300 com troca das agulhas, regulagem, limpeza e troca de 04 capacitores e 02 circuitos integrados. Troca de flat de 01 notebook e manutenção geral.		André Carvalho Batista	800,00
Substituição de 01 receptor para o portão.		André Carvalho Batista	200,00

Instalação de fechadura; abertura de porta “y”; cópias de chaves “y”; abertura de peça de birô.		André Carvalho Batista	300,00
Serviço de encadernação.		André Carvalho Batista	190,00
Manutenção preventiva, corretiva e recuperação de aparelhos de ar condicionado.		André Carvalho Batista	500,00
Total			3.990,00

UG 200396 – Suprimento de Fundos nº 006/2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Aquisição de caixa de ar condicionado.		Maria Irene de Souza Cardoso Lima	65,00
Aquisição de cartucho fotorreceptor.		Maria Irene de Souza Cardoso Lima	305,00
Serviço de instalação de 02 ar condicionado; remoção de janela e serviço de soda.	Serviço prestado por pessoa física.	Maria Irene de Souza Cardoso Lima	350,00
Serviços elétricos.		Maria Irene de Souza Cardoso Lima	540,0
Serviço de impressão em adesivo branco.		Maria Irene de Souza Cardoso Lima	110,00
Total			1.370,00

UG 200396 – Suprimento de Fundos nº 007/2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Impressão de folders.		João Leite Sobrinho Neto	400,00
Manutenção de impressora xerox 3150.		João Leite Sobrinho Neto	90,00
Manutenção de impressora xerox 3150.		João Leite Sobrinho Neto	90,00
Aquisição de carimbos.		João Leite Sobrinho Neto	50,00
Reciclagem de toner.		João Leite Sobrinho Neto	90,00
Aquisição de cartucho e envelope saco.		João Leite Sobrinho Neto	65,00
Total			785,00

UG 200396 – Suprimento de Fundos nº 008/2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Aquisição de flanelas, panos de copa, toalhas de rosto.		Olcemir Bernardo da Rocha	70,00
Aquisição de materiais elétricos diversos.		Olcemir Bernardo da Rocha	510,00
Serviço de recarga de cartucho e tonner e manutenção em copiadora xerox.	Serviço prestado por pessoa física.	Olcemir Bernardo da Rocha	800,00
Serviço de transporte de materiais.	Serviço prestado por pessoa física.	Olcemir Bernardo da Rocha	200,00
Serviços executados em 3 aparelhos de ar condicionado.		Olcemir Bernardo da Rocha	700,00
Desobstrução de esgoto.		Olcemir Bernardo da Rocha	160,00
Conserto de 1 notebook com formatação, reinstalação, remarcação de vírus e recuperação de placa da fonte.		Olcemir Bernardo da Rocha	730,00
Manutenção geral na iluminação da garagem.		Olcemir Bernardo da Rocha	410,00

Total	3.580,00
--------------	-----------------

UG 200396 – Suprimento de Fundos nº 009/2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Aquisição de máscara com elástico e luva de procedimento.		Antônio Carlos Marcos de Melo	22,00
Aquisição de torneira metal.		Antônio Carlos Marcos de Melo	10,00
Aquisição de tintas.		Antônio Carlos Marcos de Melo	85,00
Serviços de telefonia móvel (cartões TIM).		Antônio Carlos Marcos de Melo	100,00
Serviços de telefonia móvel (cartões TIM).		Antônio Carlos Marcos de Melo	100,00
Aplicação e conserto de forro liso e roda teto.		Antônio Carlos Marcos de Melo	400,00
Conserto de aparelho de fax.		Antônio Carlos Marcos de Melo	10,00
Conserto de aparelho de fax.		Antônio Carlos Marcos de Melo	170,00
Total			897,00

UG 200396 – Suprimento de Fundos nº 010/2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Aquisição de uma carenagem PPA.		Aldair Rodrigues Gomes Júnior	100,00
Aquisição de fio microf.		Aldair Rodrigues Gomes Júnior	73,50
Aquisição de cabos e cartuchos para impressora.		Aldair Rodrigues Gomes Júnior	400,00
Aquisição de bateria e plug para telefone.		Aldair Rodrigues Gomes Júnior	30,40
Serviço de descarga e armazenamento de materiais.	Serviço prestado por pessoa física.	Aldair Rodrigues Gomes Júnior	200,00
Serviço de manutenção técnica em copiadoras.	Serviço prestado por pessoa física.	Aldair Rodrigues Gomes Júnior	500,00
Serviço de descarga de material de consumo.	Serviço prestado por pessoa física.	Aldair Rodrigues Gomes Júnior	200,00
Serviços realizados em aparelhos de ar condicionado.		Aldair Rodrigues Gomes Júnior	800,00
Manutenção de portão eletrônico		Aldair Rodrigues Gomes Júnior	329,60
Serviços de conserto de solda nas estruturas, revisão e lubrificação das bases e limpeza dos rodízios de 12 cadeiras.		Aldair Rodrigues Gomes Júnior	480,00
Instalação de computadores.		Aldair Rodrigues Gomes Júnior	360,00
Total			3.473,50

UG 200396 – Suprimento de Fundos nº 011/2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Desbloqueio de sistema operacional.		Ariosvaldo André Costa	30,00
Instalação e ativação de ramais.		Ariosvaldo André Costa	100,00
Manutenção em 01 OK7.		Ariosvaldo André Costa	50,00
Instalação de extensão de ramal.		Ariosvaldo André Costa	70,00
Manutenção de microcomputador com substituição de peças-memória 256mb.		Ariosvaldo André Costa	120,00

Execução e instalação elétrica de computadores; instalação de duas tomadas de rede para computadores; instalação de duas tomadas 2P+T; instalação de dois interruptores; execução e instalação elétrica na sala do novo passaporte; instalação de uma tomada 2P+T; instalação de um ponto de luminária.		Ariosvaldo André Costa	630,00
Instalação e execução de dois ramais.		Ariosvaldo André Costa	170,00
Total			1.170,00

UG 200396 – Suprimento de Fundos nº 012/2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Aquisição de bandeja e garrafas térmicas.		Aldair Rodrigues Gomes Júnior.	39,70
Aquisição de torneiras para bebedouro geláguo.		Aldair Rodrigues Gomes Júnior.	90,00
Instalação de computadores no Núcleo Administrativos.		Aldair Rodrigues Gomes Júnior.	500,00
Manutenção preventiva, conserto e recuperação em um aparelho de ar condicionado.		Aldair Rodrigues Gomes Júnior.	275,00
Confecção de chaves; cópias de chaves; conserto de fechadura.		Aldair Rodrigues Gomes Júnior.	200,00
Serviço relativo a furo em vigas.		Aldair Rodrigues Gomes Júnior.	100,00
Revisão de cobertura – troca de telhas.		Aldair Rodrigues Gomes Júnior.	200,00
Total			1.404,70

UG 200396 – Suprimento de Fundos nº 013/2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Combustível para abastecer viatura em viagem na cidade de Guarabira.		Olcemir Bernardo da Rocha	70,00
Combustível para abastecer viatura em viagem na cidade de Guarabira.		Olcemir Bernardo da Rocha	70,00
Manutenção elétrica no Núcleo Administrativo.		Olcemir Bernardo da Rocha	290,00
Instalação e transferência de ramais.		Olcemir Bernardo da Rocha	270,00
Lavagem de malotes.		Olcemir Bernardo da Rocha	222,50
Manutenção elétrica no prédio da Praça Rio Branco.		Olcemir Bernardo da Rocha	417,00
Total			1.339,50

UG 200396 – Suprimento de Fundos nº 014/2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Aquisição de plásticos bolha anti-estáticos.		Edmilson Lucena Neri	180,00
Aquisição de 04 metros de lençóis de borracha com lona.		Edmilson Lucena Neri	230,00
Aquisição de memória 512 PC-133Mb.		Edmilson Lucena Neri	150,00

Aquisição de cabos para impressora, CD, DVD e mouse ótico.		Edmilson Lucena Neri	300,00
Serviço de recarga de cartucho e manutenção de impressora.		Edmilson Lucena Neri	110,00
Total			970,00

UG 200396 – Suprimento de Fundos nº 015/2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Aquisição de envelopes para Cd e DVD.	Necessidade de realizar pagamento a prestador de serviço que não dispõe da bandeira VISA em seu estabelecimento comercial.	Pedro Luís Limeira Ferreira	22,50
Aquisição de envelope branco carta.	Necessidade de realizar pagamento a prestador de serviço que não dispõe da bandeira VISA em seu estabelecimento comercial.	Pedro Luís Limeira Ferreira	25,00
Aquisição de 02 carimbos.	Necessidade de realizar pagamento a prestador de serviço que não dispõe da bandeira VISA em seu estabelecimento comercial.	Pedro Luís Limeira Ferreira	67,78
Recarga de gás com 13kg de GLP.	Necessidade de realizar pagamento a prestador de serviço que não dispõe da bandeira VISA em seu estabelecimento comercial.	Pedro Luís Limeira Ferreira	66,00
Manutenção das instalações elétricas.	Necessidade de realizar pagamento a prestador de serviço que não dispõe da bandeira VISA em seu estabelecimento comercial.		800,00
Manutenção de copiadoras Xerox.	Necessidade de realizar pagamento a prestador de serviço que não dispõe da bandeira VISA em seu estabelecimento comercial.	Pedro Luís Limeira Ferreira	730,00
Total			1.711,28

UG 200396 – Suprimento de Fundos nº 016/2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Locação de perfuratriz.	Necessidade de realizar pagamento a prestador de serviço que não aceita pagamento através de cartão de crédito.	Olcemir Bernardo da Rocha	100,00
Manutenção elétrica.	Necessidade de realizar pagamento a prestador de serviço que não aceita pagamento através de cartão de crédito.	Olcemir Bernardo da Rocha	800,00
Total			900,00

UG 200396 – Suprimento de Fundos nº 017/2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
Colocação de caixa de ar condicionado; conserto de 6m ² de gesso na sala do almoxarifado; conserto do sanitário do almoxarifado; confecção de rampa; colocação de tubulação em cano de 100mm para drenagem da água do pátio; instalação de fechadura de porta completa.	Necessidade de realizar pagamento a prestador de serviço que não aceita pagamento através de cartão de crédito.	Aldair Rodrigues Gomes Júnior	740,00

Manutenção das instalações elétricas da custódia e do SETEC.		Aldair Rodrigues Gomes Júnior	300,00
Locação de perfuratriz.		Aldair Rodrigues Gomes Júnior	100,00
Manutenção corretiva do motor do portão.		Aldair Rodrigues Gomes Júnior	90,00
Conserto de fechaduras, cópias de chaves, instalação de fechaduras.	Necessidade de realizar pagamento a prestador de serviço que não aceita pagamento através de cartão de crédito.	Aldair Rodrigues Gomes Júnior	300,00
Serviço realizado em aparelhos de som e de fax.		Aldair Rodrigues Gomes Júnior	170,00
Serviço de pintura da DELEMIG e DELEARM.		Aldair Rodrigues Gomes Júnior	600,00
Manutenção de impressora laser HP1200.		Aldair Rodrigues Gomes Júnior	530,00
Total			2.830,00

ANEXO D

Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

ITEM	DOCUMENTO	RECOMENDAÇÃO/ DETERMINAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS
	RELATÓRIO DE AUDITORIA			
1	189643/2006	Recomendamos ao gestor limitar a utilização de saques por meio do CPGF, estabelecendo um limite máximo de utilização desse procedimento, observadas as necessidades e as devidas justificativas.	Todos os suprimentos de fundos utilizados pela SR/DPF/PB por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal passaram a ter um limite máximo de saque de 20% de seu valor total. Casos excepcionais em que o suprido necessite realizar saques de maiores montas, exige-se a apresentação de justificativa formal a ser analisada e deliberada pelo ordenador de despesas.	Como demonstrado na Tabela C2 – Cartão de crédito cooperativo: série histórica dos saques efetuados -, houve uma redução de 39,22% no exercício de 2007 nessa forma de utilização.

João Pessoa/PB, 05 de maio de 2008.

CLAUDIO FERREIRA GOMES
Superintendente Regional